



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Informativo

# UNIÃO EUROPEIA

Edição 34 - Julho de 2016

twitter.com/SistemaCNA  
facebook.com/canaldoprodutor  
instagram.com/cna\_brasil

www.cnabrasil.org.br  
www.canaldoprodutor.tv.br

## Brasil ultrapassa 90% de aproveitamento na Cota Hilton

O Brasil atingiu seu melhor desempenho no embarque de carne bovina dentro da Cota Hilton. Entre junho de 2015 e junho de 2016, foram exportadas para a União Europeia (UE) 9,2 mil toneladas do produto, mais de 90% do total de 10 mil toneladas a que tem direito.

O grande salto de desempenho ocorreu entre 2014 e 2015, quando o país dobrou sua participação no uso da cota. No período anterior, entre junho de 2014 e

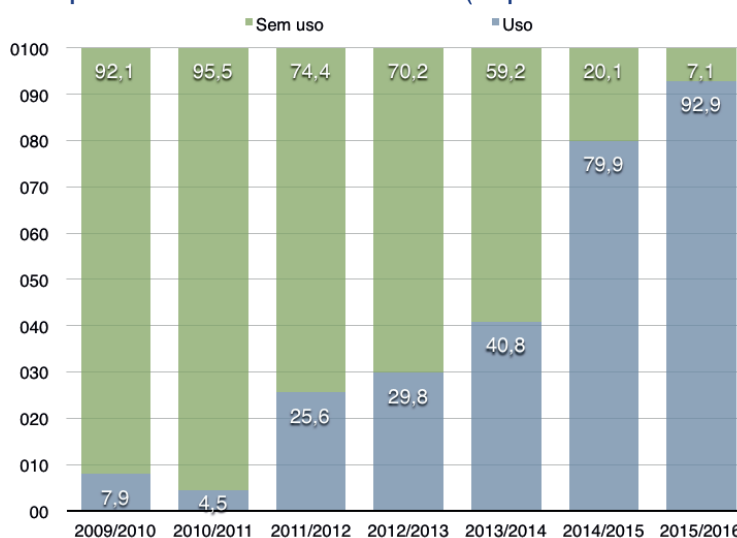
junho de 2015, perto de 8 mil toneladas de carne bovina in natura foram exportadas pelo Brasil para a União Europeia, quase 80% do total.

Entre os requisitos que precisam ser cumpridos por produtores brasileiros para a exportação dentro da Cota Hilton está a identificação individual dos animais desde sua desmama, ou aos dez meses de idade. Essa é uma regra adicional às exigências sanitárias, que

prevê a identificação individual por, no mínimo, 90 dias anteriores ao abate.

Entre 2004 e 2009 o Brasil tinha acesso a 5 mil toneladas, dentro da Cota Hilton. Nesse período, apresentou bom desempenho nos três primeiros ciclos, acima de 90%, conforme mostra o gráfico abaixo. Depois, entre 2007 e 2009, reduziu a participação e chegou a exportar menos de 25%.

Desempenho do Brasil na Cota Hilton (% por 10 mil toneladas)



A partir do ciclo 2009/2010, quando a cota passou a 10 mil toneladas, as exportações caíram de forma significativa. O pior desempenho foi no biênio 2010/2011, quando foram embarcados

apenas 4,5% da cota ou 450,48 toneladas. A partir do ciclo 2011/2012, quando os exportadores conseguiram embarcar 2.562 mil toneladas, o aproveitamento subiu para 25%. Entre 2012 e 2013 fo-

ram 2.977 mil toneladas e, no ciclo seguinte, 4.078 toneladas. Vale ressaltar que o ciclo da Cota Hilton vai de junho a junho.

### Distribuição e desempenho do Brasil desde 2009

Período	Mil/Toneladas	Uso	%
2004/2005	5	4.945,42	98,9%
2005/2006	5	4.983,62	99,7%
2006/2007	5	4.990,27	99,8%
2007/2008	5	2.513,97	50,3%
2008/2009	5	1.226,14	24,5%
2009/2010	10	791,63	7,9%

Período	Mil/Toneladas	Uso	%
2010/2011	10	450,58	4,5%
2011/2012	10	2.562,23	25,6%
2012/2013	10	2.977,93	29,8%
2013/2014	10	4.078,92	40,8%
2014/2015	10	8.002,06	80%
2015/2016	10	9.287,96	92,9%

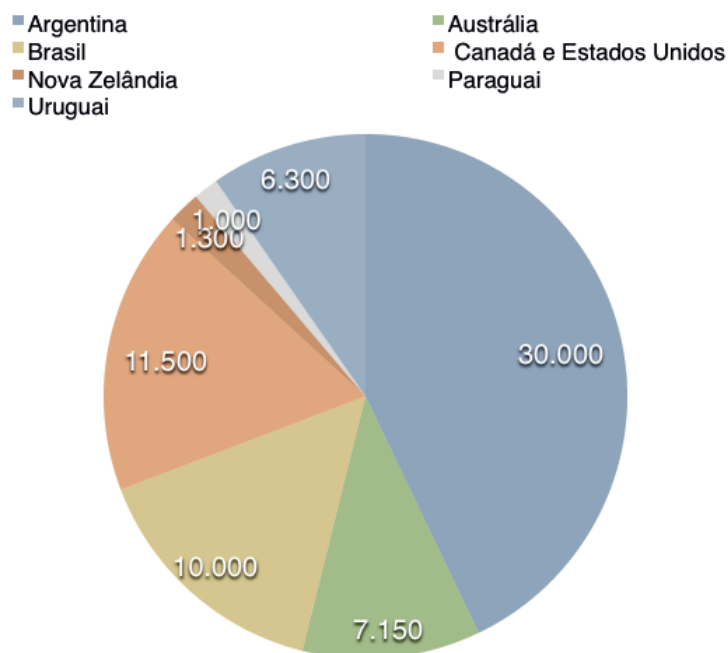
Fonte: Abiec

Os países produtores e exportadores que tem acesso à Cota Hilton são isentos da tributação de 12,8% mais o pagamento de € 3.041 por tonelada de carne extracota. Em contrapartida, pagam tarifa de importação de 20% sobre o valor da mercadoria. A cota anual e fixa para a totalidade dos países é de 67.250 toneladas. Além do Brasil, também estão credenciados países como Argentina, Austrália, Canadá e Estados Unidos, Nova Zelândia, Paraguai e Uruguai.

A criação da cota ocorreu em 1979, por intermédio de um acordo comercial concedido nas Negociações Multilaterais Comerciais do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). As discussões ocorreram dentro de um hotel da cadeia Hilton, por isso a cota leva esse nome. A cota Hilton compreende uma determinada quantidade de carne bovina, fresca ou resfriada, sem osso e com alto padrão de qualidade, destinada à exportação para a União Europeia.

Os cortes são de animais com idade entre 22 e 24 meses, que possuem apenas dois dentes incisivos permanentes, o peso de abate não pode ultrapassar 460 kg e são alimentados exclusivamente a pasto, sendo essa última exigência apenas para o Brasil. As exportações dos cortes Hilton devem ser acompanhadas de um “certificado de autenticidade”, que é emitido pela autoridade competente do país. O rendimento dos cortes Hilton pode chegar a mais de 50%, quando comparado com a extracota.

### Distribuição da cota entre os países credenciados



Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-Agri)

## Brasil realiza primeira audiência na OMC contra a Indonésia

Diplomatas da Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) participaram da primeira sessão do painel que o Brasil está realizando contra a Indonésia sobre barreiras às exportações brasileiras de carne de frango. A sessão ocorreu entre os dias 13 e 15 de julho. Esse tipo de sessão é dividido em três passos: argumentação por ambas as partes, intervenção dos painelistas e comen-

tários e questionamentos das chamadas terceira parte, ou seja, países que se inscrevem como interessados no painel. Entre eles estavam Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia, Canadá e União Europeia. Segundo a Missão, o Brasil teria o apoio desses países.

O Brasil baseou sua defesa no complexo sistema de importação indonésio. A

política de governo da Indonésia prevê a auto-suficiência na sua produção. O governo da Indonésia tem os meios para não depender de países terceiros e garantir o abastecimento. Em função disso, um país interessado em obter uma licença para exportação precisa cumprir inúmeras exigências, que carecem de clareza e transparência. Baseado nesse fundamento, o Brasil conseguiu mostrar que os impedi-

mentos à exportação de frango não são justificáveis, uma vez que a Indonésia não produz o suficiente para o consumo interno.

A Indonésia, por sua vez, tentou basear sua argumentação em questões processuais. Defendeu que o Brasil é o maior exportador de frango e de frango halal do mundo. Eles também apresentaram como empecilho o fato de o governo brasileiro não estar disposto a negociar um

certificado de halal. No entanto, o Brasil fez e faz várias tentativas de negociar um certificado sanitário, que englobe todas as questões sanitárias e fitossanitárias (SPS), mas até agora não recebeu da Indonésia demonstração de interesse.

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), 87% da população indonésia é consumidora de produtos halal, que requerem uma forma específica para o abate dos animais, baseada

no islamismo. No caso do frango halal, o abate requer utensílios que evitem o sofrimento do animal e o processo é acompanhado por um inspetor muçulmano. O Brasil é o maior produtor e exportador de carne de frango halal do mundo e embarca anualmente quase 1,8 milhão de toneladas, segundo a ABPA. Além disso, é o terceiro maior produtor e o maior exportador de frangos do mundo, com produtos consumidos em 155 países, em todos os continentes.

## Acordo na OMC beneficia exportações brasileiras

A União Europeia e o Brasil concluíram na Organização Mundial do Comércio (OMC) um acordo que permitirá a ampliação das vendas de alguns produtos agrícolas e animais oriundos do Brasil para países europeus. A negociação, que durou três anos, faz parte de uma compensação pela entrada da Croácia na União Europeia em 2013, e estabelece o aumento de cotas de exportação de açúcar, carne

de frango e de peru com tarifa reduzida.

O acordo, assinado em 12 de julho, será incorporado aos compromissos da União Europeia junto à OMC e não poderá ser alterado sem nova negociação. Para o Brasil, esse acordo representa aumento de R\$ 250 milhões por ano nas exportações à Europa.

As novas cotas foram negociadas com

base nas exportações do Brasil para a Croácia antes de o país ingressar na União Europeia. No setor sucroalcooleiro serão aplicadas tarifas intracota menores do que as em vigor atualmente. Isso significa que, nos seis primeiros anos, a tarifa será de € 11,00 por tonelada. No sétimo ano o Brasil pagará € 54,00 por tonelada e, a partir do oitavo ano, voltará aos € 98,00 por tonelada, conforme mostra a tabela abaixo:

Período	Valor da tarifa
6 primeiros anos	€ 11 / tonelada
7º ano	€ 54 / tonelada
A partir do 8º ano	€ 98 / tonelada

Fonte: Missão do Brasil Junto à OMC

Em relação à carne de frango, o acordo representará aumento de 4,1 mil toneladas à cota anual e 631 toneladas a mais para a carne de peru.

A Croácia aderiu à União Europeia em junho de 2013, quando passou a adotar

a tarifa externa comum (TEC) da UE. Em função disso, algumas tarifas dos produtos exportados pelo Brasil tiveram aumento. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994), porém, estabelece que os membros da OMC são livres para formar uniões aduaneiras ou

áreas de livre comércio. Mas isso não pode implicar em aumento das tarifas aplicadas a produtos originários de países terceiros. Nesse caso, quando ocorrer aumento de tarifa deve haver também uma compensação, como a recém-negociada pelo Brasil e a UE.

## Negociações Mercosul-UE

O Comissário de Agricultura, Phil Hogan, deve apresentar após o recesso de verão europeu, em setembro deste ano, sua avaliação de impacto cumulativo em acordos comerciais. O estudo foi uma exigência dos Estados-Membros para que as negociações comerciais, inclusive do Acordo de Livre Comércio Mercosul- UE, pudessem ser levadas adiante. A expectativa é que os Ministros de Agricultura dos 28 países discutam o resultado da avaliação entre os dias 10 e 11 de outubro, em Luxemburgo.

Também nessa data deve ocorrer a primeira rodada de negociação para o Acordo Mercosul-UE após a troca de ofertas. Negociadores de ambos os lados devem se reunir entre 10 e 14 de outubro, em Bruxelas, para discutir os textos normativos dentro do objetivo de avançar na negociação. Em Bruxelas, as equipes europeias têm se concentrado na atualização dos textos e pretendem finalizá-la até 29 de julho. O objetivo é entregar um pacote robusto aos Estados-Membros, no decor-

rer da primeira semana de agosto.

Os países que compõem o bloco têm colocado pressão sobre a Comissão Europeia. Em uma das reuniões do Comitê de Política Comercial (TPC), um executivo da UE foi questionado sobre a distribuição da oferta aos Estados-Membros. O TPC deve colocar o pacote em discussão na segunda semana de setembro, provavelmente no dia 9, ainda a tempo de preparar-se para a rodada com o Mercosul.

## Glifosato autorizado por 18 meses na UE

A Comissão Europeia decidiu prolongar por 18 meses a autorização de uso do glifosato. A decisão ocorreu depois que os Estados-Membros não chegaram a um acordo sobre o tema. Embora tenha encontrado uma solução temporária para o problema, que se arrasta há meses, a Comissão não conseguiu o apoio da indústria de pesticidas, insatisfeita com a renovação temporária. Para a European Crop

Protection, não há muito o que comemorar. Em um comunicado, a entidade disse que estava decepcionada porque “a Comissão Europeia propôs inicialmente um renovação de 15 anos e acabou com uma extensão de 18 meses, enquanto se aguarda um estudo para adicionar mais 90 mil páginas e 3,5 mil evidências que já existem”.

A European Crop Protection se refere a uma avaliação científica que será apresentada pela Agência Europeia de Produtos Químicos ao longo desse um ano e meio de renovação da autorização para o uso do herbicida. Era isso ou ter o produto retirado do mercado, já que as duas propostas de renovação, de 15 e de 9 anos, foram rejeitadas pelos 28 países que compõem o bloco.

## Rússia amplia embargo à importação de produtos europeus

O governo da Rússia estendeu o embargo à importação de produtos alimentares da União Europeia até agosto de 2017. A medida foi uma retaliação à postura da UE, que desde 2014 impõe sanções à Rússia devido à crise política entre a Rússia e a Ucrânia. Desde então, o comércio entre a Rússia e UE foi afeta-

do. Os principais grupos de lobby agrícola europeu dizem que os produtores do Bloco perderam seu principal mercado de exportação, avaliado em € 5,5 bilhões. Produtores de lácteos, carne de porco, carne bovina, de frutas e de legumes foram os mais atingidos.

Embora diversos setores europeus, especialmente o agrícola, tenham feito pressão para que a Comissão Europeia voltasse atrás nas sanções, elas devem ser mantidas até janeiro do próximo ano devido ao pouco progresso nas negociações visando acabar com o conflito no leste da Ucrânia.

## Comissão Europeia estende medidas de ajuda para produtores de frutas e vegetais

Os produtores europeus de frutas e hortaliças ganharam mais um ano para enfrentar a crise do setor, desde o embargo da Rússia em 2014. Em junho deste ano, a Comissão Europeia estendeu medidas de apoio que expirariam no final do mês. Desde 2014 foram adotadas várias ações com o objetivo de aliviar as pressões do mercado nos principais grupos de frutas e legumes.

## No primeiro semestre, cresce o volume de exportações do agronegócio brasileiro para a União Europeia

As relações comerciais entre a agropecuária brasileira e o continente europeu se estendem desde o período colonial até os dias de hoje. Nos últimos dois anos, por exemplo, a União Europeia (UE) comprou cerca de 20% de tudo o que foi exportado pelo setor nacional, sendo o segundo maior comprador desses produtos brasi-

leiros. Entre os maiores importadores, o bloco europeu fica atrás apenas da China, importando quase três vezes mais que os Estados Unidos, terceiro colocado.

No primeiro semestre de 2016, a UE já comprou US\$ 8,73 bilhões. Apesar dessa cifra ser 5,08% menor em relação ao mes-

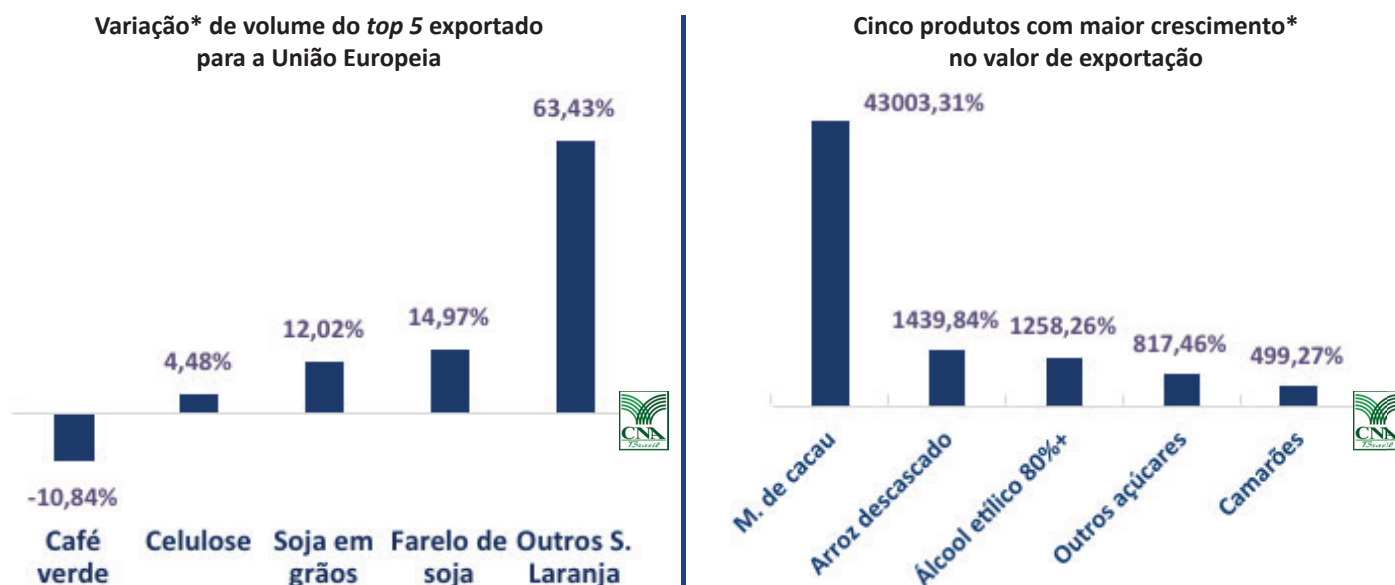
mo período do ano passado, não revela crescimento na quantidade exportada de diversos produtos. Nos seis primeiros meses deste ano, o volume de produtos do agronegócio enviados do Brasil para a UE atingiu quase 15 milhões de toneladas, 15,5% a mais em comparação aos números do primeiro semestre de 2015.

Entre produtos, os top 5 das exportações do agronegócio brasileiro para o bloco sofreram poucas modificações na comparação entre os primeiros semestres de 2015 e 2016. Com exportações de US\$ 1,62 bilhão, o **farelo de soja** se manteve como o principal produto do agro exportado para a UE. A **soja em grãos**, com US\$ 1,46 bilhão em exportações, foi o segundo produto mais vendido em 2016 (em

2015, ocupava a terceira colocação). O **café verde**, por sua vez, caiu uma posição, passando de segundo produto mais vendido em 2015, para o terceiro este ano, com exportações de US\$ 1,11 bilhão. **Celulose de não-coníferas** (US\$ 965,62 milhões) e **outros sucos de laranja, não fermentados** (US\$ 325,58 milhões) completam a lista dos cinco principais produtos exportados.

Em volume, as vendas externas de quase todos esses produtos aumentaram. No caso do suco de laranja, o aumento chega a 63,4%, se comparado ao primeiro semestre de 2015. A única exceção ocorreu com o café verde, cujo volume de exportações caiu 10,8%, graças a uma menor safra neste ano.

## Crescem as quantidades exportadas de uns e os valores de outros



\*Comparação entre os seis primeiros meses de 2015 e 2016 | Fonte: Aliceweb/MDIC | Elaboração: SRI/CNA

No entanto, mais interessante que o comportamento dos cinco principais produtos é notar o crescimento de algumas cadeias específicas. Entre produtos com mais de um milhão de dólares de exportações, é especialmente notável o incremento de 43.000% nas exportações de **manteiga de cacau**. As vendas brasileiras ao bloco atingiram US\$ 5,58 milhões (860 toneladas) no primeiro semestre de 2016, frente aos US\$ 12,95 mil (1,3 tonelada) no mesmo período de 2015. Outros destaques são **arroz descascado** (com exportações de US\$ 1,99 milhão, crescimento de 1440%), **álcool etílico** (US\$ 24,38 milhões, crescimento de 1260%), **outros açúcares de cana** (US\$ 149,01 milhões, 820% a mais que nos seis primeiros meses de 2015) e **outros camarões congelados** (US\$ 2,95

milhões, 500% a mais que em 2015).

Esse crescimento é explicado por diversos fatores. Mesmo com sua recente valorização, o real continuou a ser mais favorável às exportações no primeiro semestre de 2016, na comparação com os primeiros seis meses de 2015. Além disso, em casos específicos, outros fatores também ajudaram no incremento das exportações. É o caso dos camarões, por exemplo, cujo incremento nas vendas externas pode ter sido provocado pelo aumento na produção brasileira e, ainda, pela adoção de medidas antidumping por parte dos EUA contra o camarão congelado brasileiro, o que levou os exportadores nacionais a buscar outros mercados.

Por outro lado, as importações de produtos do agronegócio da União Europeia se concentraram em mercadorias como **azeite virgem** (US\$ 78,68 milhões), **batatas preparadas** (US\$ 68,30 milhões) e **outras preparações alimentícias** (US\$ 47,49 milhões). No total, essas vendas europeias para o Brasil totalizaram US\$ 1,08 bilhão, 17,72% a menos que os 1,31 bilhão dos seis primeiros meses de 2015. Isso equivale a 12,3% das exportações do setor brasileiro ao bloco europeu – apenas as vendas brasileiras de café verde seriam suficientes para gerar uma balança comercial favorável ao Brasil. Assim, durante o primeiro semestre de 2016, o agronegócio brasileiro teve um saldo de US\$ 7,65 bilhões no comércio com seu equivalente europeu. 🌱